

Tecon Rio Grande S.A.

CNPJ nº 01.640.625/0001-80 - NIRE nº 43300035182

res legais internos e externos e no julgamento da administração, e reconhece uma provisão no momento em que a obrigação for considerada provável e para a qual uma estimativa confiável pode ser feita. A contrapartida do passivo é registrada como despesa na demonstração de resultados. Essa obrigação é ajustada com base na evolução do processo judicial e/ou nos encargos financeiros incorridos e pode ser revertida se a estimativa de perda não for mais considerada provável devido a alterações nas circunstâncias ou quando a obrigação é liquidada. A administração não pode indicar quando as provisões podem ser utilizadas, uma vez que a maioria delas envolve litígios e cujo período da resolução é altamente incerto. Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos relacionados são prováveis e são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas no período em que sua realização é praticamente certa. **10.2. Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas.** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, são resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou não. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e essas incertezas envolvem o uso de estimativas e julgamentos significativos por parte da administração com relação aos resultados potenciais dos eventos futuros. Arbitragem, decisões judiciais e administrativas em processos contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar em mudança na probabilidade de desembolsos e suas mensurações, mesmo sendo processos judiciais de circunstâncias semelhantes. **11. Patrimônio líquido. 11.1. Política contábil. Reserva estatutária.** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, constituiu-se reserva de 1% do lucro líquido do exercício até o limite de 50% do capital social, destinada para restituição de capital dos acionistas nos casos de extinção do arrendamento do terminal outorgado à Companhia. Em 2025 a Companhia constituiu R\$2,1 milhão (31 de dezembro de 2024: R\$1,8 milhão) de reserva estatutária conforme definido em seu estatuto. **Reserva de lucros.** A administração está propondo a destinação dos lucros remanescentes de R\$159,9 milhões em 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$99,9 milhões), nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, após o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para a reserva de investimentos baseada nos orçamentos de capital da Companhia, devido a sua situação financeira e seus compromissos assumidos. O saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o seu capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76 (alterada), atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso. **Reserva legal.** De acordo com o Art. 193 da Lei das Companhias por ações, essa reserva é constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social realizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados. A Companhia não constituiu reserva legal nos anos de 2025 e 2024. **Remuneração aos acionistas.** A remuneração aos acionistas pode ocorrer na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Essa remuneração é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com seu Contrato Social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no Contrato Social somente será reconhecido no passivo circulante na data de sua aprovação pelos acionistas. **Dividendos obrigatórios.** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado do ano corrente será declarado pelo conselho administrativo como dividendos a serem distribuídos aos membros antes da próxima assembleia geral anual, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. O Estatuto Social da Companhia determina que os dividendos serão obrigatórios a menos que o conselho considerar que o pagamento de tais dividendos não será do interesse da Companhia. Os dividendos finais estão sujeitos à aprovação pelos acionistas na assembleia geral anual. **Juros sobre o capital próprio.** O cálculo se baseia nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, os juros não podem exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucro, conforme determinado pela lei societária brasileira. O benefício da Companhia, diferente do pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos do imposto de renda, uma vez que as despesas de juros são dedutíveis no Brasil. Sobre a parte da remuneração referente aos juros sobre o capital próprio, a Companhia retém 15% do imposto de renda em nome dos acionistas. De acordo com a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados parte do dividendo anual mínimo. Essa distribuição de juros sobre o capital próprio é tratada para efeitos contábeis como uma dedução do patrimônio líquido de forma similar ao dividendo e ao crédito fiscal registrado no resultado. **12. Receita. 12.1. Política contábil. Receita operacional.** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação de serviços prestados no curso normal do negócio da Companhia, líquida de descontos e outros impostos sobre venda e é reconhecida quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente. **Obrigação de desempenho.** As principais fontes das obrigações de desempenho da Companhia e os momentos em que elas são reconhecidas na demonstração de resultados estão demonstrados abaixo: **Obrigação de desempenho Quando a obrigação de desempenho é tipicamente satisfeita**

Obrigação de desempenho	Quando a obrigação de desempenho é tipicamente satisfeita
Terminais portuários	
Movimentação de contêineres	Em um momento específico no tempo
Armazenagem	Em um momento específico no tempo
Serviços auxiliares	Em um momento específico no tempo
Outros serviços	Em um momento específico no tempo

A maioria das obrigações de desempenho da Companhia são atingidas em um momento específico do tempo na entrega do serviço e o pagamento é geralmente feito em até 24 dias após o serviço ser concluído. **12.2. Saldo do contrato.** O valor contábil do contas a receber operacional no final do período era de R\$51,4 milhões (31 de dezembro de 2024: R\$58,4 milhões). Esses valores incluem R\$10,5 milhões (31 de dezembro de 2024: R\$24,9 milhões) de ativos contratuais (contas a receber não faturados). Os detalhes estão divulgados na nota 4. **13. Benefícios a empregados. 13.1. Política contábil. Benefícios de curto prazo a empregados – salários, férias e encargos.** Os pagamentos de benefícios de curto prazo a empregados como salários ou férias e os respectivos encargos são mensalmente reconhecidos na demonstração de resultados pelo regime de competência. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tiver uma obrigação legal presente ou constituída de pagar esse valor em função do serviço já prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada com segurança. **Benefícios de curto prazo a empregados**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Teccon Rio Grande S.A. Rio Grande – RS. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras do Teccon Rio Grande S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Teccon Rio Grande S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as

– programa de participação nos resultados. A Companhia adota o programa de participação nos lucros com base em contribuições de equipes e unidades de negócio e no desempenho geral da Companhia através de geração de caixa operacional. A Companhia cria uma provisão com base na mensuração periódica do cumprimento de suas metas e resultados, respeitando o regime de competência da obrigação presente resultante de um evento passado no valor estimado da saída de recursos no futuro. **Benefícios de longo prazo a empregados – plano de contribuição definida (previdência privada).** O objetivo do plano de previdência privada é permitir que o funcionário e a Companhia façam contribuições mensais para criar um fundo que será usado na aposentadoria, sendo a participação opcional. As obrigações desse benefício aos funcionários são reconhecidas como despesa quando o serviço é executado. **Benefícios de longo prazo a empregados – planos de saúde definidos (benefício pós-emprego).** A obrigação líquida da Companhia com relação a planos de saúde definidos é calculada separadamente para cada plano ao estimar o valor do benefício futuro que os funcionários receberão pelos serviços executados no período atual e em períodos anteriores. O benefício é descontado para determinar seu valor presente. O cálculo da obrigação do plano de saúde definido é feito anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. As remensurações da obrigação líquida do plano de saúde, que incluem ganhos e perdas atuariais, são imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de saúde definidos são reconhecidas no resultado. **13.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** Benefícios de longo prazo a empregados – planos de saúde definidos (benefício pós-emprego). Os valores reconhecidos para os benefícios a funcionários dependem de vários fatores que são determinados com base em cálculos atuariais que utilizam diversas premissas para determinar os custos e os passivos. Uma das premissas utilizadas é a determinação e utilização da taxa de desconto. Quaisquer alterações nessas premissas afetam os registros contábeis feitos. A Companhia, junto com atuários externos, revisa no final de cada exercício as premissas que serão utilizadas para o próximo exercício. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo das obrigações, os custos e despesas e os valores futuros estimados de saída de caixa. **14. Gestão de riscos. Gestão integrada de riscos.** A Companhia tem uma política de gerenciamento de riscos, onde essa política define uma série de conceitos, diretrizes e responsabilidades a fim de garantir a excelência da gestão integrada de riscos da Companhia. O propósito dessa política é garantir que possíveis impactos adversos e oportunidades sejam formalmente gerenciados, incorporando uma visão de riscos na tomada de decisões estratégicas, de acordo com as melhores práticas de mercado. A gestão de riscos financeiros está detalhada na nota 20. **Gestão de risco de capital.** A Companhia gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital da Companhia consiste em dívida de longo prazo e inclui empréstimos e passivos de arrendamento, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio atribuído aos acionistas da Companhia, incluindo capital social, reservas e lucros acumulados divulgados nas demonstrações de mutação do patrimônio líquido. A Companhia capta empréstimos para financiar projetos de capital e utiliza o fluxo de caixa desses projetos para pagar as amortizações. O capital de giro é financiado através do caixa gerado pelas atividades operacionais. Não houve alteração relevante na política da Companhia com relação à gestão de capital no ano. **Risco de mudança climática.** A Companhia está exposta a riscos e oportunidades relacionados ao clima. As duas principais categorias de risco são risco de transição e risco físico. Riscos de transição são aqueles que se referem à transição para uma economia de baixo carbono e incluem riscos de política, riscos legais, riscos de tecnologia, riscos de mercado e riscos de reputação. Riscos físicos são aqueles que se referem aos impactos físicos de mudança climática que podem ser graves (aumento de frequência e gravidade de eventos climáticos) ou crônicos (devido a alterações de longo prazo nos padrões climáticos). A Companhia é mais afetada por riscos físicos através de sua exposição a alterações climáticas graves e crônicas. Entretanto, é importante considerar os riscos de transição e os riscos de litígio relacionados ao clima. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia avaliou riscos relativos à mudança climática, incluindo aqueles relativos a requisitos regulamentares existentes e emergentes, bem como outros riscos de transição e físicos. O processo de gestão de riscos climáticos da Companhia se baseia no monitoramento de emissões de gases de efeito estufa, marés e dados oceânicos, e alterações e impactos sofridos pelos clientes. Isso permitiu que a Companhia minimizasse riscos em potencial e identifique oportunidades, especialmente quanto à redução de suas emissões diretas, e continue adotando tecnologias de ponta para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. O Conselho está atento para entender que as principais iniciativas ambientais, sociais e de governança (ESG) da Empresa estão sendo desenvolvidas e/ou implementadas para reduzir os riscos inerentes ao clima e exposições associadas, como metas de emissões relacionadas ao clima para a Companhia. A Empresa continuará relatando suas divulgações TCFD (*Taskforce for Climate-related Financial Disclosures*), que impulsionaram uma abordagem mais focada na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia para monitorar e gerenciar riscos relacionados ao clima. É ambição do Conselho garantir que esses riscos e oportunidades relacionadas sejam examinados em profundidade e em horizontes de tempo com uma discussão clara das implicações estratégicas e ações de mitigação. **15. Instrumentos financeiros. 25.1. Política contábil. Gestão de riscos financeiros.** A Companhia está sujeita a certos riscos financeiros, como risco de mercado, de liquidez e de crédito, que são gerenciados através de uma avaliação sistemática do risco que a Companhia e suas controladas estão sujeitas, levando em consideração condições atuais do mercado e projeções orçamentárias de resultados e investimentos a fim de garantir liquidez, rendimento e previsibilidade no fluxo de caixa da Companhia.

Risco	Natureza	Possibilidades de gestão de risco
Risco de mercado – câmbio de moeda estrangeira	Instrumentos financeiros não denominados em real	Derivativos, hedge natural e hedge de fluxo de caixa relativos à receita de exportação futura da Companhia
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos e financiamentos indexados a diversas taxas de juros, incluindo, mas não limitado a, CDI, IPCA e TJLP	Swap e financiamentos pré-fixados

Risco	Natureza	Possibilidades de gestão de risco
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Reservas de caixa adequadas e empréstimos/financiamento. Diversificação da carteira e políticas de monitoramento dos indicadores de liquidez dos stakeholders
Risco de crédito	Contas a receber, garantias, adiantamentos a fornecedores e outros investimentos financeiros	Reservas de caixa adequadas e empréstimos/financiamento. Diversificação da carteira e políticas de monitoramento dos indicadores de liquidez dos stakeholders

Instrumentos financeiros. A Companhia classifica os instrumentos financeiros com base em seu modelo de negócio de gestão de ativos e nas características do fluxo de caixa contratual desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no objetivo do ativo do negócio e se os fluxos de caixa contratuais representam somente os pagamentos do principal e de juros. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("VJR") a menos que certas condições que permitam uma mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Ganhos e perdas com instrumentos de dívida são reconhecidos como receita em outros resultados abrangentes quando forem baixados. Investimentos em instrumentos patrimoniais são mensurados pelo VJR a menos que sejam elegíveis para mensuração pelo VJORA, cujos ganhos e perdas não são reciclados para receita. Todas as obrigações financeiras são inicialmente mensuradas pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e mensurados pelo custo amortizado e atualizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria VJR. A Companhia não possui histórico de transferência entre os instrumentos financeiros mensurados pelo VJR, VJORA ou custo amortizado. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **Valor justo de instrumentos financeiros.** Os instrumentos financeiros da Companhia são gerenciados através de estratégias operacionais a fim de obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas e das taxas disponíveis no mercado e se os investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que lidam com os recursos. A determinação dos valores realizáveis estimados dos ativos e passivos financeiros da Companhia depende de informações disponíveis no mercado e de metodologias de avaliação importantes. Contudo, é necessário um julgamento considerável ao interpretar os dados do mercado a fim de obter o valor realizável estimado mais adequado. De acordo com as estimativas da administração, os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a receber e outras contas a receber e a pagar estão consistentes com os saldos contábeis. **Hierarquia de instrumentos financeiros.** A técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado é utilizada para mensurar os valores justos de ativos e passivos financeiros, cuja premissa é o valor presente dos fluxos de caixa estimado por cotações de mercado futuras. Para ativos e passivos financeiros, quando os saldos contábeis se aproximarem razoavelmente do valor justo, os valores justos não são determinados, de acordo com o CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Divulgações. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados no "Nível 2" da hierarquia de valor justo. Quando comparado com o valor contábil não houve transferência entre os níveis de valor justo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Para o nível 2, as informações são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto para os preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração. **Hedge de fluxo de caixa.** A Companhia procura aplicar a contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*), a fim de gerir a volatilidade no resultado. Se um *swap* é designado e qualificado como *hedge* de fluxo de caixa, ele é contabilizado como ativo ou passivo, na consolidação do balanço, a valor justo. A parcela efetiva de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada como ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer parcela ineficaz de mudança no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Se o instrumento de *hedge* deixa de cumprir os critérios de contabilização de operações de *hedge*, expira ou é vendido, terminado ou exercido, ou a designação é revogada, o modelo de contabilização de operações de *hedge* (*hedge accounting*) é descontinuado prospectivamente, então o saldo do patrimônio líquido é reclassificado para o resultado. Na designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente a relação entre o instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gestão de risco e estratégia na execução da operação de *hedge* e o risco coberto, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a eficácia da relação de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do contrato, como sobre uma base contínua, analisando se os instrumentos de *hedge* serão altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos objetos de *hedge* atribuíveis ao risco coberto, e se os resultados reais de cada cobertura estão dentro do intervalo de 80 - 125 por cento. Segundo esta metodologia, o *swap* foi considerado altamente eficaz para o período findo em 31 de dezembro de 2025. Não houve inefetividade do *hedge* reconhecido no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2025. **15.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas não baseadas em condições de mercado prevalentes na data de reporte. A análise do impacto no caso em que os resultados reais diferem da estimativa da administração é apresentada em moeda estrangeira e as análises de sensibilidade de risco da taxa de juros está demonstrada nessa nota explicativa. **16. Transações com partes relacionadas. 16.1. Política contábil.** As partes relacionadas da Companhia são a acionista, controladas ou coligadas e suas empresas relacionadas. As transações com partes relacionadas foram conduzidas pela Companhia sob as mesmas condições de mercado, observando o preço e as condições normais de mercado. Contudo, essas transações estão sujeitas a condições que não são menos favoráveis à Companhia em comparação com aquelas negociadas com outras partes.

DIRETORIA	CONTADORA
Paulo Roberto Telesca Bertinetti	Kelly Cristiny Calazans de Oliveira - RJ-125861/O-4

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA
 PROCESSO 039/2026 - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 09/2026
 REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de pneus. A Sessão Pública de processamento do Pregão será realizada no endereço eletrônico www.bll.org.br, no dia e horários abaixo especificados: Recebimento das propostas: das 8:30 horas do dia 24/04/2026 até as 8h30min do dia 07/05/2026. Abertura das propostas: às 8h31min do dia 07/05/2026. Início da sessão de disputa por lances: às 9h31min do dia 07/05/2026. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Maiores informações através do telefone (54) 3348-1080, de segunda a sexta-feira, com expediente ao público das 8h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min. Edital disponível no site www.aguasanta.rs.gov.br, em licitações – pregão eletrônico 09/2026. Água Santa, 23 de Abril de 2026. JULIANO FAVRETTO Prefeito Municipal

Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e de Serviços Terceirizados em Asseio e Conservação no Estado do Rio Grande do Sul - SEEAC/RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

No uso de minhas atribuições legais e estatutárias, convoco os membros da categoria sócios deste sindicato e em dia com suas obrigações para a Assembleia Geral Ordinária que terá lugar no próximo dia 28 de abril de 2026, terça-feira, na Rua Siqueira Campos nº 1172, Centro, Porto Alegre/RS, em 1ª convocação às 17:30h (dezoito horas e trinta minutos) e 2ª e última convocação às 18:00h (dezoito horas), quando a Assembleia será instalada e decidirá, por maioria dos presentes, a respeito da **ORDEM DO DIA:** 1) Majoração da mensalidade social, devido a reestruturação da entidade (SEEAC Saúde) 2) Deliberação sobre a fixação de valores de coparticipação para dependentes dos associados.

Porto Alegre, 24 de abril de 2026.
 FRANCISCO ROSSO ANDRE
 Presidente

HOSPITAL BENEFICENTE DR. CÉSAR SANTOS
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL PE 003/2026 – OBJETO: Contratação de empresa do ramo de análises clínicas para atender a demanda do Hospital. **ABERTURA:** 15/05/2026 HORA: 09:00 horas. Demais informações pelo telefone (54)3316.4509, nos sites www.pmpf.rs.gov.br e www.hbcs.rs.gov.br, e pelo e-mail licitacoes01.hbcs@pmpf.rs.gov.br. Passo Fundo, 24 de abril de 2026. Luis Schneiders – Diretor Geral.

Prefeitura Municipal de David Canabarro
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026
OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E SINALIZAÇÃO NA COMUNIDADE DE SÃO PELEGRINO - MENOR PREÇO GLOBAL Abertura: 01/06/2026. Horário: 08H30MIN. Local: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O edital encontra-se disponível nos sites <http://www.davidcanabarro.rs.gov.br>, e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Mais informações pelo fone: (54) 2111-0110.
 Lauro Antônio Benedetti, Prefeito Municipal.

Ge



Anuncie